

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 21 de agosto de 2015  
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Nota	30/06/2015	30/06/2014	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>16.368.313</b>	<b>16.771.853</b>	
Disponibilidades	4 e 17.e 52.984	237.831	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.e 1.198.950	1.640.891	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.198.950	1.640.891	
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5 123.463</b>	-	
Carteira própria	123.463	-	
<b>Relações Interfinanceiras</b>	-	<b>426</b>	
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	-	426	
<b>Operações de Crédito</b>	<b>12.863.926</b>	<b>12.600.811</b>	
Setor Privado	13.191.355	13.044.676	
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6 (327.429)	(443.865)	
<b>Outros Créditos</b>	<b>2.041.760</b>	<b>2.211.939</b>	
Frendas a Receber	10.057	8.893	
Créditos Tributários	7 237.714	380.410	
Diversos	8 1.825.588	1.854.253	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e (31.599)	(31.617)	
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9 87.230</b>	<b>79.955</b>	
Despesas Antecipadas	87.230	79.955	
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>14.264.445</b>	<b>14.014.015</b>	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.e 1.543.556	6.158	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.543.556	6.158	
<b>Operações de Crédito</b>	<b>10.966.966</b>	<b>11.930.792</b>	
Setor Privado	6 11.410.044	12.542.152	
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e (443.078)	(611.360)	
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.534.224</b>	<b>1.745.309</b>	
Créditos Tributários	7 810.281	1.046.818	
Diversos	8 784.000	766.106	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e (60.057)	(67.615)	
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9 219.699</b>	<b>331.756</b>	
Despesas Antecipadas	219.699	331.756	
<b>Permanente</b>	<b>572.211</b>	<b>93.940</b>	
Investimentos	489.580	-	
Participações em Coligadas - No País	378.080	-	
Ágio	110.600	-	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11 27.106</b>	<b>31.571</b>	
Imobilizado de Uso	72.322	72.506	
(Depreciações Acumuladas)	(45.216)	(40.935)	
<b>Intangível</b>	<b>12 56.425</b>	<b>62.369</b>	
Ativos Intangíveis	126.559	112.627	
(Amortizações Acumuladas)	(70.134)	(50.258)	
<b>Total do Ativo</b>	<b>31.204.969</b>	<b>30.879.808</b>	
			<b>Total do Passivo</b>
			<b>31.204.969</b>
			<b>30.879.808</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2013</b>	<b>726.561</b>	<b>35.606</b>	<b>292.208</b>	-	<b>1.054.375</b>
Lucro Líquido	-	-	-	125.535	125.535
Reserva Legal	-	6.277	-	(6.277)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	-	-	59.629	(59.629)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	59.629	(59.629)	-
<b>Saldos em 30 de Junho 2014</b>	<b>726.561</b>	<b>41.883</b>	<b>411.466</b>	-	<b>1.179.910</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2014</b>	<b>726.561</b>	<b>51.506</b>	<b>518.796</b>	-	<b>1.296.863</b>
Lucro Líquido	-	-	-	265.918	265.918
Reserva Legal	-	13.296	-	(13.296)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	-	-	101.311	(101.311)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	101.311	(101.311)	-
<b>Saldos em 30 de Junho 2015</b>	<b>726.561</b>	<b>64.802</b>	<b>721.418</b>	-	<b>1.512.781</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Aymoré CFI tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 21 de agosto de 2015.

As demonstrações financeiras da Conglomerado Santander, que inclui a empresa Aymoré CFI, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2015, foram divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

#### 3. Principais Práticas Contábeis

**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

**b) Apuração do Resultado**  
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre receitas e passivos atualizados até a data do balanço.

**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.838/2010, todas as operações de crédito e outros créditos são reconhecidas a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecerem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

#### d) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

#### e) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do reconhecimento contábil supracitado, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atavada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e  
b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atavada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e  
c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

A Aymoré CFI está utilizando essa prerrogativa.  
Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

#### g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperado em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

#### g.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

#### g.2) Intangível

Os custos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

#### h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou consistência, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus valores reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 15.a).

#### i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

#### Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré CFI como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou estatutária de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios dos participantes, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus valores reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.

#### Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 25. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Aymoré aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

#### Principais Definições

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (feitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

#### j) Remuneração Baseada em Ações

São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido" - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

#### liquidação em Dinheiro

A liquidação em dinheiro é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executores. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

#### k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

#### l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

#### m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### n) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades no valor de R\$52.984 (30/06/2014 - R\$237.831) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$13.000 (30/06/2014 - R\$60.000).

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários

Composto por Cotas de Fundos de Investimentos, de emissão do Santander FIC FI Empresas Curto Prazo no valor de R\$123.463 com prazo sem vencimento. No período foram reconhecidos no resultado receita no montante de R\$3.654.

#### 6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

##### a) Carteira de Créditos

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Operações de Crédito</b>	<b>24.601.399</b>	<b>25.586.828</b>
Emprestimos e Títulos Descontados	20	530
Financiamentos	24.601.379	25.586.298
<b>Outros Créditos</b>	<b>2.037.310</b>	<b>2.041.115</b>
Títulos e Créditos a Receber <sup>(1)</sup> (Nota 8)	2.037.310	2.041.115
<b>Total</b>	<b>26.638.709</b>	<b>27.627.943</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.982.669</b>	<b>14.843.028</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>11.656.040</b>	<b>12.784.915</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a créditos adquiridos de lojistas.

##### b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	566.075	677.140
A Vencer:		
Até 3 Meses	5.402.994	5.152.840
De 3 a 12 Meses	9.579.675	9.690.188
Acima de 12 Meses	11.089.965	12.107.775
<b>Total</b>	<b>26.638.709</b>	<b>27.627.943</b>

##### c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Setor Privado</b>		
Indústria	56.475	55.316
Comércio	1.217.728	1.217.908
Instituições Financeiras	1.489	2.115
Serviços e Outros	246.986	713.163
Pessoas Físicas	716.931	25.639.441
<b>Total</b>	<b>26.638.709</b>	<b>27.627.943</b>

##### d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão Requerida		
		30/06/2015	30/06/2014	Total	30/06/2015	30/06/2014	Total
AA	-	9.421.481	-	9.421.481	100.785	-	100.785
A	0,5%	12.539.553	-	12.539.553	22.071.699	62.698	110.358
B	1%	1.104.117	1.031.914	2.136.031	2.280.410	21.360	22.804
C							

Na aquisição da Super, a alocação do preço de compra (PPA), realizada com valores provisórios por empresa especializada contratada, reflete os seguintes ajustes contábeis de compra na data da aquisição, com base no acervo contábil de 30 de novembro de 2014:

	Vida Útil Estimada	Valor
Total dos Ativos Líquidos Adquiridos		17.042
Mais Valia dos Ativos Intangíveis na Avaliação do Ágio:		
Relacionamento com Clientes	4 anos	712
Marca	5 anos	689
Acordo de Não Competição	5 anos	325
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	10 anos	13.050
Outros		(690)

**Contraprestação Transferida em Troca do Controle da Adquirida (50%)** 31.128  
Na aquisição da Banco Bonsucesso Consignado, a alocação do preço de compra (PPA) está sendo realizada por empresa especializada contratada e ainda não foi concluída. Temporariamente, o ágio está sendo atribuído integralmente como ágio por expectativa de rentabilidade futura, com vida útil estimada de 10 anos.

	Banco Bonsucesso Consignado	Super	Total
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>31.128</b>	<b>-</b>	<b>31.128</b>
Aquisição - Banco Bonsucesso Consignado	-	460.000	460.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.077)	2.115	1.038
Despesas de Amortização	(843)	(3.333)	(4.176)
Outros	690	-	690
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 30 de Junho de 2015</b>	<b>29.898</b>	<b>458.782</b>	<b>488.680</b>

## 11. Imobilizado de Uso

	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	11.573	(8.534)	3.039	3.485
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.827	(2.793)	34	62
Sistemas de Processamento de Dados	3.795	-	-	-
Benefetórias em Imóveis de Terceiros	53.004	(30.094)	22.910	24.585
Outras	1.123	-	1.123	3.439
<b>Total</b>	<b>72.322</b>	<b>(45.216)</b>	<b>27.106</b>	<b>31.571</b>

## 12. Intangível

Refere-se, basicamente, a gastos com aquisição e desenvolvimento de logotipos.

## 13. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 15.b)	1.062.745	913.992
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	5.829	52.625
Provisão para Tributos Diferidos	614	-
Impostos e Contribuições a Pagar	26.584	10.307
<b>Total</b>	<b>1.095.772</b>	<b>976.924</b>
<b>Circulante</b>	<b>33.027</b>	<b>62.932</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.062.745</b>	<b>913.992</b>

## 14. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	164.305	163.150
- Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)		
Provisão para Pagamentos a Fazer	47.311	47.160
Despesas de Pessoal	1.708	1.657
Despesas Administrativas	5.739	7.541
Outros Pagamentos	417.968	375.833
Fornecedores <sup>(1)</sup>	9.345	680
Créditos de Veículos Apreendidos - Leilão	61.711	42.571
Outras	708.087	638.592
<b>Total</b>	<b>658.461</b>	<b>591.342</b>
<b>Circulante</b>	<b>49.626</b>	<b>47.250</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>608.835</b>	<b>544.092</b>

<sup>(1)</sup> Registro de valores a pagar a CVC, correspondentes às liberações parceladas estabelecidas em contrato de cessão.

## 15. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

### a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

### b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13)</b>	<b>1.062.745</b>	<b>913.992</b>
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos</b>	<b>164.305</b>	<b>163.150</b>
- Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14)	59.892	48.647
Ações Trabalhistas	104.413	114.503
Ações Cíveis	1.227.050	1.077.142

### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2015			01/01 a 30/06/2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>997.503</b>	<b>50.295</b>	<b>111.969</b>	<b>773.777</b>	<b>41.028</b>	<b>111.702</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	65.252	22.214	43.554	140.456	20.904	45.088
Baixas por Pagamentos	(10)	(12.967)	(51.110)	(241)	(13.285)	(42.287)
Outros	-	350	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>1.062.745</b>	<b>59.892</b>	<b>104.413</b>	<b>913.992</b>	<b>48.647</b>	<b>114.503</b>
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos <sup>(2)</sup>	338.896	2.263	1.777	310.190	2.563	1.670

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos decorrentes.

### d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Aymoré CFI com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Aymoré CFI tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$923.840 (30/06/2014 - R\$791.929): a Aymoré CFI ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$136.877 (30/06/2014 - R\$118.168): a Aymoré CFI ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**ISS** - Instituições Financeiras - R\$2.024 (30/06/2014 - R\$1.797): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

### e) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadraram no critério anterior são provisionadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadraram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

### g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$217.247, trabalhista R\$123 e cíveis R\$21.699.

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2015 e 2014, é composto por 287.706.670 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 17 de março de 2015, foram pagos dividendos no montante de R\$23.529 (R\$0,0817812 em reais por lote de mil ações) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2014. Em 17 de março de 2015, foram pagos juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2014, no montante bruto de R\$52.000 (R\$0,00018074 por ação equivalentes a R\$0,00015363, líquido do imposto de renda).

Em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovada o destaque de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, no montante bruto de R\$50.000 (R\$0,173788116 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,147719898, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

### c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

## 17. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2015, no valor máximo de R\$10. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Aymoré CFI não possui beneficiários de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração. No primeiro semestre de 2015 e 2014, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

### b) Benefícios de Longo Prazo

A Aymoré CFI, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 25.b).

### c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Aymoré CFI, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Aymoré CFI; e
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

### d) Participação Acionária

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 287.706.670 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

### e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>52.984</b>	<b>-</b>	<b>237.831</b>	<b>-</b>
Banco Santander <sup>(6)</sup>	52.984	-	237.831	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez<sup>(1)</sup></b>	<b>2.742.506</b>	<b>117.404</b>	<b>1.647.049</b>	<b>96.377</b>
Banco Santander <sup>(6)</sup>	2.742.506	117.404	1.647.049	96.377
<b>Rendas a Receber de Serviços Prestados</b>	<b>3.838</b>	<b>4.630</b>	<b>8.341</b>	<b>45.862</b>
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8) (7)</sup>	3.177	803	7.313	45.862
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) <sup>(6)</sup>	661	3.827	1.028	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>9.766</b>	<b>68.061</b>	<b>2.546</b>	<b>9.181</b>
CFI RCI Brasil <sup>(6)</sup>	1.010	6.320	313	7.058
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil <sup>(6)</sup>	349	1.211	362	2.123
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8) (7)</sup>	8.407	60.530	1.871	-
<b>Depósitos Interfinanceiros<sup>(2)</sup></b>	<b>(27.825.209)</b>	<b>(1.452.792)</b>	<b>(28.072.615)</b>	<b>(1.332.219)</b>
Banco Santander <sup>(6)</sup>	(27.825.209)	(1.452.792)	(28.072.615)	(1.332.219)
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(42.520)</b>	<b>(213.351)</b>	<b>(947)</b>	<b>(187.733)</b>
Banco Santander <sup>(6) (5)</sup>	(42.500)	(205.905)	(37)	(178.546)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8) (7)</sup>	-	-	-	2
Produban Serviços de Informática S.A. <sup>(8)</sup>	-	(577)	(50)	(642)
Isban Brasil S.A. <sup>(8)</sup>	-	(6.869)	(860)	(8.547)
Banco Santander Espanha <sup>(6)</sup>	(20)	-	-	-
<b>Despesas com Doações</b>	<b>-</b>	<b>(1.170)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Fundação Real	-	(1.170)	-	-

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2015, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$ 13.000, de 3 a 12 meses de R\$1.185.950 e acima de 12 meses de R\$ 1.543.556

<sup>(2)</sup> Em 30 de junho de 2015, os depósitos com vencimento em até 3 meses montam R\$ 3.806.666, de 3 a 12 meses R\$ 14.016.693 e acima de 12 meses R\$ 10.001.849

<sup>(3)</sup> Atual denominação social da Santander Seguros S.A.

<sup>(4)</sup> As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional e outras despesas operacionais.

<sup>(5)</sup> Controlador da Aymoré CFI

<sup>(6)</sup> Referem-se a empresas controladas do Banco Santander.

<sup>(7)</sup> Controlada em conjunto - Banco Santander Espanha.

<sup>(8)</sup> Controlada pelo Banco Santander Espanha.

<sup>(9)</sup> Controlador do Banco Santander Brasil S.A.

## 18. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro relacionadas a realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, tratamento de dados e outras informações necessárias às operações de crédito.

## 19. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Proventos	68.116	62.145
Benefícios	22.326	23.959
Previdência Social	15.693	14.495
Encargos	7.459	6.243
Previdência Complementar	584	446
Remuneração Estagiário	601	549
Treinamento	139	162
<b>Total</b>	<b>114.819</b>	<b>107.999</b>

## 20. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Convênio Santander	189.200	163.279
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	138.390	117.303
Transportes e Viagens	11.024	11.267
Depreciações e Amortizações	16.474	11.260
Propaganda e Publicidade	4.726	4.500
Outras	12.992	10.831
<b>Total</b>	<b>371.906</b>	<b>318.440</b>

## DIRETORIA

**Diretor Presidente**  
Conrado Engel

**Diretores Executivos**

Amancio Acúrcio Gouveia	Luiz Felipe Taunay Ferreira	Nilton Sergio Silveira Carvalho	Oscar Rodriguez Herrero	Ronaldo Yassuyuki Morimoto
-------------------------	-----------------------------	---------------------------------	-------------------------	----------------------------

## Contador

André Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências